

UMA AVALIAÇÃO COMPARATIVA DA SUSTENTABILIDADE DO SETOR DE ENERGIA BRASILEIRO COM OS PAÍSES DA OCDE

Maria Bernadete G. P. Sarmiento Gutierrez

Técnica de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dirur/Ipea). *E-mail*: <maria-bernadete.gutierrez@ipea.gov.br>.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2821>

Este trabalho tem como objetivo principal avaliar a sustentabilidade do setor de energia no Brasil comparado aos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a fim de contribuir para a análise do que falta fazer, em relação aos requisitos necessários contidos no *Accession Roadmap* (OECD, 2022b), para o Brasil se tornar membro pleno dessa organização, conforme aprovado pelo Conselho Ministerial da OCDE em junho de 2022, que estabeleceu os requisitos e o roteiro de adesão do Brasil. A aceitação do Brasil como membro pleno da OCDE se baseará na análise da situação brasileira em diversos setores, em comparação com os países-membros, com um enfoque na adoção de instrumentos e políticas condizentes com os princípios e as melhores práticas preconizadas pela organização.

A OCDE tem tido um papel de protagonista internacional nas questões relacionadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, com contribuições importantes na definição de políticas, padrões e recomendações. Esta será, sem dúvida, uma área na qual o Brasil terá que mostrar capacidade de responder de forma tempestiva às demandas da OCDE e de mostrar o compromisso de alinhamento aos princípios norteadores associados. O documento *Accession Roadmap* destaca a necessidade de que o Brasil seja aderente aos princípios da OCDE, que o país assegure a proteção efetiva do meio ambiente e da biodiversidade e adote políticas de mudanças climáticas em consonância com os objetivos do Acordo de Paris.

Inicialmente, como forma de prover subsídios ao governo brasileiro, procede-se à análise comparativa da sustentabilidade do setor de energia brasileiro com a dos países da OCDE, por meio de alguns indicadores, por exemplo, emissões *per capita* de carbono, intensidade de carbono do produto interno bruto (PIB) e emissões de carbono pelo lado da oferta e da demanda. Emerge,

de forma clara, a maior sustentabilidade do Brasil vis-à-vis os países da OCDE. Em seguida, os resultados são analisados à luz das recomendações da OCDE para o alinhamento do Brasil ao instrumento jurídico denominado *Recomendação do Conselho sobre a Utilização de Instrumentos Econômicos na Política Ambiental, OECD/Legal/0258* (OECD, 2022a), de acordo com o princípio do poluidor-pagador. As conclusões apontam não só para o elevado grau de sustentabilidade brasileiro, como também sugerem que o mercado de carbono, em negociação no Congresso Nacional, pode ser um passo importante no processo de adesão do Brasil à OCDE (Brasil, 2022), por se tratar de instrumento econômico compatível com o princípio do poluidor-pagador.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 11.075, de 19 de maio de 2022. Estabelece os procedimentos para a elaboração dos Planos Setoriais de Mitigação das Mudanças Climáticas, institui o Sistema Nacional de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa e altera o Decreto nº 11.003, de 21 de março de 2022. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 95-A, p. 1, 19 maio 2022. Seção 1, edição extra A. Disponível em: <<https://bit.ly/3Ekb8kq>>.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Recommendation of the Council on the use of economic instruments in environmental policy, OECD/Legal/0258**. Paris: OECD Publishing, 2022a.

_____. **Roadmap for the OECD accession process of Brazil**. Paris: OECD Publishing, 2022b. Disponível em: <<https://bit.ly/3AnqOCg>>.